

# A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO CICLO BÁSICO DA ALFABETIZAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE TEIXEIRA DE FREITAS.

Andhiara Leal Antunes Oliveira\*

## RESUMO:

A avaliação da aprendizagem como mediadora da prática pedagógica continua sendo um grande desafio no cotidiano escolar. É necessário reconhecê-la como um recurso metodológico capaz de identificar qual o caminho as crianças já conseguiram percorrer e quais dificuldades elas vêm encontrando nesse percurso, criando as condições de estabelecer as melhores estratégias de trabalho para proporcionar a construção dos seus conhecimentos. Nesse contexto, este artigo tem como objetivo apresentar como a Rede Municipal de Ensino de Teixeira de Freitas tem realizado a sistematização dos dados das avaliações no Ciclo Básico de Alfabetização do Ensino Fundamental a partir da implantação do Ensino Fundamental de Nove Anos, bem como as estratégias usadas para fazer a análise dos dados junto às escolas e os desafios enfrentados para se construir uma avaliação numa perspectiva mediadora. Como percurso metodológico, foram ouvidos relatos dos coordenadores pedagógicos nos grupos de avaliação e consultados documentos oficiais da Secretaria Municipal de Educação, sendo eles; Projeto do Ensino Fundamental de 09 Anos, Projeto Político Institucional, Planilha de Descritores, Instrumento de Acompanhamento Pedagógico e Diário Online. Esse estudo revelou que apesar dos documentos norteadores da Secretaria Municipal de Educação apresentarem a avaliação da aprendizagem numa visão formativa, muitos professores resistem caminhar nessa perspectiva agindo de forma arbitrária, valorizando a nota e usando instrumentos pouco reveladores das aprendizagens das crianças. Esse trabalho se ancora teoricamente em Luckesi (2000), Hoffmann (2007), Vasconcelos (2008) entre outros.

**Palavras-chaves:** Avaliação; aprendizagem; progressão continuada.

## INTRODUÇÃO

Historicamente a avaliação da aprendizagem sempre foi tratada como um instrumento de controle, punição, reprovação e pouco ou nada contribuía para direcionar as atividades pedagógicas em benefício das crianças. Essa visão reducionista é reflexo das concepções de avaliação que foram se construindo ao longo dos anos.

O Brasil sofreu grande influência dos estudos norte-americanos e segundo Hoffmann (2007) a partir dos anos 60 a teoria da “avaliação por objetivos” de Ralph Tyler se expandiu de tal modo, passando a ser referencial teórico nos cursos de formação de professores. Na visão de Tyler *apud* Hoffmann (2007, p. 33):

A avaliação é o processo destinado a verificar o grau em que mudanças comportamentais estão ocorrendo. [...] A avaliação deve julgar o comportamento dos alunos, pois o que se pretende em educação é justamente modificar tais comportamentos.

Nesse pensamento Tyler acompanha uma perspectiva comportamentalista, buscando verificar as mudanças de comportamento a partir de objetivos pré estabelecidos, resumindo a discussão apenas aos instrumentos avaliativos aplicados em momentos estanques.

Segundo Vasconcellos (2008), a avaliação com o caráter que tem hoje data da constituição da burguesia como classe social, e nesse contexto a escola passa a viver uma ambiguidade: dar alguns conhecimentos de forma disciplinadora preparando um trabalhador dócil e, ao mesmo tempo, ao discutir conhecimento, se arrisca em formar pessoas mais conscientes e questionadoras.

No geral é notório que, até os dias atuais, o caráter político da avaliação que se traduz pela reprovação dos alunos ainda permanece impregnado nas concepções de muitos professores, coordenadores, diretores e pais. Sendo assim, estes, de forma direta ou indireta, acabam reproduzindo aquilo que os mesmos, na maioria das vezes, julgam ser “culpa” do sistema. Isso acontece principalmente entre os professores, que são os que lidam diretamente com a avaliação e com seus instrumentos. Para Vasconcelos (2008, p. 42) ocorre que:

[...] o professor não faz só o que deseja, ou melhor dizendo, não faz aquilo que seu horizonte imediato de consciência lhe diz. Ele participa de um processo de alienação imposta a todo cidadão, uma vez que não domina mais nem o processo, nem o produto do próprio trabalho. Está submetido à hierarquia do sistema educacional.

Nesse contexto o professor acaba por participar de uma distorção da avaliação dando destaque a ela, usando-a como instrumento de pressão e ao mesmo tempo como discriminação social para selecionar os melhores, ou os que têm mais capacidade. A ênfase fica centrada na nota e não na aprendizagem. O dia a dia da sala de aula é permeado pelo discurso de que é preciso saber para tirar nota, não pode bagunçar para não reduzir a nota entre tantas outras situações.

Os motivos que permeiam essas práticas como dito anteriormente, são diversos: questões históricas, políticas, metodológicas, posturas de comodidade, ingenuidade, convicção, pressão etc.

Infelizmente, vê-se ainda, a avaliação do ponto de vista de medir, testar o conhecimento sendo esse medir referindo, muitas vezes, a coisas que não são necessariamente mensuráveis, como o desenho por exemplo, e os testes apenas como constatação de um resultado sem um fim investigativo.

Buscando refletir as questões acima abordadas este trabalho pretende apresentar como a avaliação no ciclo básico de alfabetização (1º ao 3º ano) foi sendo constituída nas escolas municipais de Teixeira de Freitas a partir da implantação do Ensino Fundamental de Nove Anos, que trouxe consigo, a progressão continuada. As questões aqui abordadas são resultados de pesquisa aos documentos oficiais da Secretaria Municipal de Educação, sendo eles; Projeto do Ensino Fundamental de 09 Anos, Projeto Político Institucional, Planilha de Descritores, Instrumento de Acompanhamento Pedagógico, Diário Online, dos relatos dos coordenadores pedagógicos nos momentos do grupo de avaliação e dos professores nos encontros das atividades complementares.

### **AValiação DA APRENDIZAGEM NUMA PERSPECTIVA INVESTIGATIVA E REFLEXIVA.**

Ao longo dos últimos anos outras perspectivas da avaliação vão sendo construídas e algumas das práticas reducionistas e classificatórias começam a ser superadas. Para Luckesi (2000, p. 01):

A avaliação da aprendizagem, por ser avaliação, é amorosa, inclusiva, dinâmica e construtiva, diversa dos exames, que não são amorosos, são excludentes, não são construtivos, mas classificatórios. A avaliação inclui, traz para dentro; os exames selecionam, excluem, marginalizam.

Nessa perspectiva a avaliação está a serviço da aprendizagem, sendo um recurso pedagógico útil para dialogar, construir a autonomia, nortear a prática educativa e assim contribuir para uma escola com visão mais democrática, inclusiva e acolhedora.

Luckesi (2000) afirma que o ato de avaliar envolve duas situações indissociáveis: diagnosticar e decidir. O diagnóstico é composto pela constatação e qualificação, e após esse resultado vem a tomada de decisão sobre o objetivo que se pretende alcançar.

No que se refere à avaliação da aprendizagem na escola, esta se daria da seguinte maneira: primeiro, o momento do acolhimento por parte do professor, na sequência o diagnóstico através da coleta de dados usando instrumentos diversos e adequados aos objetivos que se

pretende alcançar, a qualificação dos dados coletados e por fim a tomada decisão sobre o que é necessário fazer para avançar na aprendizagem, e ir além do que está posto ali.

Essa concepção de avaliação requer um caráter investigativo e reflexivo por parte dos sujeitos envolvidos no processo educativo. O aluno reflete sobre os desafios que lhe são colocados, buscando encontrar o melhor caminho para superá-los, os professores usam os instrumentos e situações do dia a dia da sala de aula como instrumentos e campo de pesquisa respectivamente. Além disso, diante das respostas apresentadas pelos alunos encontra-se um universo de situações para se refletir: qual o significado das respostas apresentadas? Qual o caminho percorrido para chegar até aqui? Que estratégias usar para possibilitar os avanços? As situações apresentadas foram significativas para quem? Quais os próximos caminhos a percorrer?

A reflexão sobre a ação que envolve o ato de avaliar permite direcionar o olhar para frente, para o futuro. Hoffmann (2002, p. 91) afirma que:

Funda-se esse princípio da avaliação na visão dialética do conhecimento, que implica o princípio da historicidade: o conhecimento humano visa sempre o futuro, a evolução, a superação. Assim destina-se a avaliação mediadora a conhecer, não apenas compreender, mas para promover ações em benefícios aos educandos, às escolas, às universidades.

O objetivo é colocar a avaliação a serviço da aprendizagem, da melhoria da ação pedagógica. É oportunizar aos alunos experimentar procedimentos didáticos significativos, de forma que os mesmos sejam sujeitos desse processo. Onde construam coletivamente novas possibilidades de aprendizagens, sendo respeitada as diferenças e o tempo de cada um, promovendo não apenas os aspectos intelectuais mas também morais.

### **PERCURSO DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NAS ESCOLAS MUNICIPAIS.**

Cumprindo uma exigência legal e vislumbrando uma significativa melhora na qualidade do ensino e do atendimento às crianças, o município de Teixeira de Freitas implanta o Projeto de Ensino Fundamental de Nove Anos, em 2005, atendendo a:

- 1- LDB 9394/96 que no seu artigo 97, § 3º, parágrafo I já apontava para a ampliação do Ensino Fundamental: “matricular todos os educandos a partir dos sete anos de idade e, facultativamente, a partir dos seis anos, no Ensino Fundamental.
- 2- Lei nº 11.274 de 16 de maio de 2005 que altera alguns artigos da LDB 9394/96.

- 3- Resolução nº 03 de 03/08/2008 que no seu artigo 1º “Esclarece que a obrigatoriedade de matrícula no Ensino Fundamental aos seis anos de idade implica na ampliação do Ensino Fundamental para nove anos”

A partir desse momento foi estabelecido com base na legislação e nos estudos teóricos realizados pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, que o primeiro ano não teria caráter promocional e, ao final do ano letivo, todas as crianças seguiriam para o segundo ano.

Em 2010 a resolução nº 7 de 14 de dezembro *Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos* e normatiza a ampliação da progressão continuada também do 2º para o 3º ano seu artigo 30:

§ 1º Mesmo quando o sistema de ensino ou a escola, no uso de sua autonomia, fizerem opção pelo regime seriado, será necessário considerar os três anos iniciais do Ensino Fundamental como um bloco pedagógico ou um ciclo sequencial não passível de interrupção, voltado para ampliar a todos os alunos as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, imprescindíveis para o prosseguimento dos estudos.

Essa orientação passa a ser aplicada nas escolas municipais de Teixeira de Freitas quatro anos depois, quando é emitida a Resolução 001/2014.

O Projeto de Ensino Fundamental de 09 Anos do município de Teixeira de Freitas (2005), fundamenta a prática da avaliação das crianças numa perspectiva formativa, recomendando ao educador “uma observação cotidiana criteriosa das ações e ideias de cada integrante do seu grupo, em situações diversas: no trabalho individual e em parceria; e na utilização de diferentes códigos [...] de forma a considerar as diferentes aptidões dos educandos.” Recomenda ainda que seja realizada avaliação inicial e final a cada etapa de trabalho e sugere o portfólio como registro das aprendizagens das crianças.

Paralelo a isso o Projeto define que a avaliação do 1º ao 3º ano seria sistematizada não mais através de notas, mas de parecer descritivo do desempenho e de fichas com as competências descritas para cada área do conhecimento elaborados com base na proposta curricular e que seriam preenchidas a partir do acompanhamento do desenvolvimento das crianças através da observação e da análise dos portfólios.

Nesse contexto iniciou-se um processo de reflexão e estudo mais sistemático acerca de como a avaliação da aprendizagem das crianças deveria ser realizada.

A concepção de avaliar para medir, traduzida em uma nota ao final de cada bimestre, estava, e ainda está, arraigada na concepção de aprendizagem da maioria dos profissionais da educação e retirar a nota e fazer a progressão continuada passava a ser interpretado como falta de avaliação.

Segundo relatos dos coordenadores pedagógicos, nos estudos e discussões realizadas junto aos professores no momento das atividades complementares e socializadas no grupo de avaliação, estes demonstram claramente a insatisfação pela adoção da progressão continuada, bem como da ausência da nota como forma de registro ao final do bimestre, pois muitos acreditam que a nota é a forma mais clara de sistematizar os dados da avaliação e com a progressão muitos alunos avançarão sem aprender.

Hoffmann (2007) discute a conotação difusa que os professores têm em relação ao conceito de medir e conseqüentemente a forma arbitrária como as notas são dadas. Não se tem critérios claros no momento da atribuição de graus numéricos, além de mensurarem o que não deve ser mensurado como aspectos atitudinais ou de estabelecer valores a tarefas que não tem valores precisos como os desenhos, redações entre outros. Hoffmann (2007, p. 41) comenta:

O que percebo é que a compreensão de muitos professores é de que tudo pode ser medido, sem que se deem conta de que muitas notas são atribuídas arbitrariamente, ou seja, por critérios individuais, vagos e confusos, ou precisos demais para determinadas situações.

Com o decorrer do tempo foi possível observar através das visitas às escolas e dos relatos dos coordenadores pedagógicos que os portfólios não foram construídos pela maioria dos professores e que a escrita dos relatórios de desempenho, mesmo tendo como parâmetro as habilidades e competências da proposta curricular, tornou-se algo doloroso para o professor e pouco revelador da aprendizagem das crianças. O que fazer? Como sensibilizar o professor a encarar o desafio da escrita? Como prepará-lo para identificar as aprendizagens das crianças e registrá-las de maneira clara e coerente? Como transformar para o relatório os conhecimentos que até então eram sintetizados em notas?

Os desafios colocados revelam que apenas a mudança nos documentos oficiais não seria o suficiente para efetivá-las na prática. Mesmo que alguns estudos já houvessem acontecido,

precisariam ser aprofundados através da formação continuada como espaço para a reflexão sobre a ação e na ação.

Na verdade o que está em questão é a concepção de avaliação que os professores carregam consigo há anos, reflexo do positivismo impregnados na concepção de educação vivenciados por eles durante muitos anos de escolaridade, inclusive em algumas práticas do ensino superior.

O Núcleo de Apoio Pedagógico dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação, buscou promover essas reflexões através da formação continuada realizada nos momentos das atividades complementares nas escolas e através do curso “Mais um Ano é Fundamental”, com o objetivo de discutir a ampliação do Ensino Fundamental, a importância de garantir a construção dos conhecimentos das crianças respeitando seu estágio de desenvolvimento e também a perspectiva formativa da avaliação proposta no projeto.

Nesses encontros foram usados como estratégias metodológicas principais, o estudo de texto como fundamentação teórica e análise de bons modelos, para que os professores tivessem a oportunidade de refletir e compreender as concepções de educação, avaliação e alfabetização que fundamentavam suas práticas, bem como a possibilidade de conhecer bons modelos de situações didáticas que pudessem subsidiar seu fazer pedagógico e a forma como registrar o desenvolvimento das crianças.

Concomitante a esses estudos, os coordenadores enfrentavam no seu fazer pedagógico o desafio de realizar as intervenções nas estratégias de avaliação criadas pelos professores e também nos relatórios de desempenho das crianças. Esses relatórios, na maioria das vezes referiam-se aos aspectos atitudinais, e quando registravam os aspectos cognitivos, eram tão sucintos e confusos, que não deixavam claros quais conhecimentos as crianças construíam durante aquele período. Somando-se a isso, as queixas dos professores eram constantes pois mesmo tendo estudado sobre os diversos instrumentos de avaliação, consideravam que os relatórios eram trabalhosos, que não davam conta de escrever sobre os avanços de vinte a vinte cinco crianças, e da mesma maneira poucos construíam os portfólios.

No Projeto Político Institucional (PPI) da Secretaria Municipal de Educação (2011), não mais aparecem os relatórios descritivos para o Ensino Fundamental. Nesse documento mantém-se a fundamentação da avaliação numa perspectiva formativa, mediadora, trazendo de forma explícita os instrumentos didáticos que caracterizam os aspectos quantitativos e qualitativos

da avaliação, conforme trata a LDB 9394/96, e orientando o planejamento das aulas e a sistematização do desempenho das crianças através de um relatório construído a partir dos Descritores de Habilidades e Competências que tem como fundamento a Matriz de Referência do Sistema Nacional de Avaliação e os eixos propostos nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Na prática, esse relatório é apresentado em forma de planilha de descritores por disciplina, onde cada descritor refere-se a um conteúdo que deve ser introduzido (I), aprofundado (A) ou consolidado (C) e que o professor preencherá a proporção que for trabalhando e registrando se a criança alcançou (A), não alcançou (N) ou alcançou parcialmente (P), ficando a critério do mesmo, anexar a essa planilha quaisquer informações adicionais sobre os aspectos atitudinais de cada criança. Essa mesma planilha aparece no Diário online e é usada no conselho de classe para compartilhar sobre as aprendizagens das crianças e refletir sobre os novos direcionamentos que precisam ser dados ao planejamento das situações didáticas na continuidade das próximas etapas.

Apesar de não constar no PPI, outra planilha é preenchida pelos professores, tabulada pelos coordenadores com o resultado da escola e encaminhada à Secretaria Municipal de Educação a cada bimestre. O Núcleo de Apoio Pedagógico sistematiza o resultado da rede através de gráficos e promove encontros de análise e reflexão junto aos coordenadores pedagógicos para compreender de forma mais aprofundada os resultados apresentados e levantar as possibilidades de intervenção. Nessa planilha, que é chamada de Instrumento de Acompanhamento Pedagógico, aparecem dados como número de crianças matriculadas, número de crianças por hipótese de escrita, número de crianças especiais e onze descritores sugeridos pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa da área de Linguagem (2012).

Os depoimentos dos coordenadores pedagógicos, ouvidos no grupo de avaliação, revelam que nas escolas ainda é possível encontrar muitos professores insatisfeitos por considerarem que o preenchimento das planilhas também é trabalhoso, sendo os descritores muito específicos, e por isso preferem as notas, que são mais generalizadas.

Ainda assim é possível perceber que aqueles professores que preenchem as planilhas com seriedade conseguem agora, revelar um pouco mais dos conhecimentos construídos pelas crianças se comparado aos relatórios descritivos que eram feitos anteriormente. Nesse

momento não se coloca em jogo a qualidade de um instrumento sobre o outro, mas a forma como os mesmos são preenchidos. Ainda assim, encontram-se várias planilhas preenchidas sem qualquer rigor, com dados que se contradizem, como por exemplo, um número de crianças alfabéticas superior ao de crianças que escrevem palavras. Ora, se a hipótese alfabética é caracterizada justamente pelo fato da criança escrever palavras alfabeticamente, como esses dados não coincidem?

A preocupação revelada pelos coordenadores pedagógicos não refere-se apenas a forma como os dados são sistematizados, mas principalmente com o que se faz com esses resultados. Por isso eles têm buscado cotidianamente, promover situações onde os professores percebam que:

Uma vez diagnosticada, verificada uma determinada situação podemos assumir como pressuposto a necessidade de tomarmos decisões sobre a mesma, de agirmos sobre ela, de corrigirmos o percurso tomado não só pelo aluno como também pelo professor (LIMA 2002, p. 75).

Esse é um dos grandes desafios. Entender que a avaliação não é o resultado apenas do desenvolvimento da aprendizagem das crianças, mas também do resultado da prática docente construída na sala de aula.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É perceptível que apesar dos documentos norteadores da prática pedagógica das escolas municipais sinalizarem para uma avaliação formativa, mediadora, esta ainda acontece de forma arbitrária por parte de muitos professores.

A resistência em montar portfólios, preencher planilhas, elaborar relatórios e valorizar as notas demonstram a pouca disposição dos professores para a reflexão e o acompanhamento mais minucioso da aprendizagem das crianças. Por outro lado, todos esses instrumentos “reforçam, ao mesmo tempo, o caráter burocrático e mensurável da prática avaliativa, coerente à visão capitalista liberal de suas propostas pedagógicas” (HOFFMANN, 2007, p. 46).

É possível concluir que é preciso investir cada vez mais na formação continuada dos professores, garantindo na sua carga horária de trabalho, momentos específicos para reflexão, estudo e planejamento. Só assim será possível criar condições de reflexões conjuntas dos educadores sobre suas concepções de educação e quem sabe, caminhar para uma concepção

de avaliação que promova a melhoria da realidade educacional. Uma concepção de avaliação que não paralise, mas que direcione nossas crianças para o futuro.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. 38. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2007.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Temas em educação I. Porto Alegre, p. 89 -93, 2002.

LIMA, Maria Socorro Lucena; SALES, Josete de Oliveira Castelo Branco. **Aprendiz da prática docente: a didática no exercício do magistério**. In: Aprendendo com a avaliação. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.

LUCKESI, Cipriano Carlos. O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem. **Revista Pátio**. Porto Alegre: ARTMED. Ano 3, n. 12, fev./abr. 2000.

MEC/ CNE/ CEB. **Resolução nº 7** de 14 de dezembro de 2010.

Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Teixeira de Freitas – BA. **Projeto Ensino Fundamental de Nove Anos**. 2005. 47 p.

Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Teixeira de Freitas – BA. **Projeto Político Institucional**. 2011. 84 p.

Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Teixeira de Freitas - BA. **Resolução nº 01** de 29 de Julho de 2014.

VASCONCELOS, Celso dos S. **Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar**. 18. ed. São Paulo: Libertad, 2008.